Exame de Coincidências de Direito Administrativo II – Noite

28 de junho de 2022
Duração: 90 minutos

Regente: Prof.^a Doutora Maria João Estorninho

CRITÉRIOS DE CORREÇÃO

Parte I

No rescaldo da pandemia, a FCT, I.P. elaborou o Regulamento n.º 332-A/2022, de 31 de março, que dispõe sobre o regime de teletrabalho nas suas atividades.

Os n.ºs 1 e 2 do artigo 2.º reza(m) que:

“1 — O regime instituído pelo presente Regulamento é aplicável ao universo de trabalhadores da FCT, independentemente de o vínculo contratual existente ser de natureza pública ou privada.

2 — A prestação de trabalho em regime de teletrabalho pode ser realizada pelos trabalhadores da FCT cujas funções sejam compatíveis com a ausência física do trabalhador.”

Para requerer o regime de teletrabalho, o interessado deve endereçar um requerimento ao seu superior hierárquico e aos serviços de Gestão de Recursos Humanos, seguindo-se parecer fundamentado do superior hierárquico sobre a elegibilidade do trabalhador.

Joana, trabalhadora da FCT, seguiu todos os trâmites previstos no regulamento, mas deparou-se com uma decisão do seu superior hierárquico em sentido negativo, baseada em parecer negativo do mesmo.

Ao ter acesso ao parecer, Joana não consegue extrair os motivos da recusa. Reclama, então, da decisão, para o Conselho Diretivo da FCT, I.P., que escreveu que “a competência foi legalmente exercida”, que o superior hierárquico “não é obrigado a justificar a sua decisão” e que, de todo o modo, a função de Joana exigia a permanência no local de trabalho.

Nota: A decisão de admissão no regime é da competência do Conselho Diretivo da FCT, I.P., nos termos do n.º 4 do artigo 3.º do Regulamento.

Responda, de forma completa e fundamentada, às questões que se seguem:

- a) A atuação do superior hierárquico é válida? (4 valores)
- **Joana não consegue extrair os motivos da recusa: falta de fundamentação da decisão: obrigatória pelo artigo 151.º, n.º 1, alínea d) + artigo 152.º, n.º 1, alínea a) + artigo 153.º do CPA. Desvalor: discussão entre anulabilidade (163.º, n.º 1) e nulidade (161.º, n.º 2, alínea d) do CPA) e respetivo regime;**
 - **A decisão, tomada pelo superior, é competência do Conselho Diretivo – estamos perante incompetência relativa, logo, o ato administrativo é inválido (anulável), nos termos do artigo 163.º, n.º 1 do CPA. De acordo com o artigo 40.º, n.º 1 do CPA, o princípio do autocontrolo da competência exige que o superior hierárquico verificasse a sua incompetência para a questão.**

- b) Aprecie a legalidade da atuação do Conselho Diretivo. (6 valores)
- A competência não foi legalmente exercida, logo, o Conselho Diretivo não tem razão no primeiro ponto (remissão para a resposta à questão anterior);
 - Há um dever de fundamentação da decisão, logo, o Conselho Diretivo não tem razão quanto ao segundo ponto (remissão para a resposta à questão anterior);
 - Em virtude do princípio do autocontrolo da competência (artigo 40.º, n.º 1 do CPA), o Conselho Diretivo devia ter concluído, aquando da reclamação de Joana, que era o órgão competente para decidir;
 - O Conselho Diretivo argumentou a impossibilidade de deferir o pedido de Joana com o artigo 2.º, n.º 2 do Regulamento. O regulamento administrativo contém normas, caracterizando-se pela generalidade e abstração (artigo 135.º do CPA), servindo como fonte legal para a prática de atos administrativos, logo, o ato administrativo não pode dispor em sentido contrário ao regulamento (princípio da inderrogabilidade singular dos regulamentos – 142.º, n.º 2, do CPA). O Conselho Diretivo tem razão em não aceder ao pedido de Joana.
 - Valoriza-se a resposta que referir que a reclamação é feita para o autor do ato (no caso, o superior hierárquico e não o Conselho Diretivo), nos termos do artigo 191.º, n.º 1, do CPA). Valorização da referência ao artigo 184.º, n.º 1, alínea a) e n.ºs 2 e 3.
 - Valorização da referência ao artigo 163.º, n.º 5 do CPA.
- c) Imagine que Joana vem alegar que apenas 1/3 dos trabalhadores tinham sido ouvidos no procedimento do regulamento e que a FCT, I.P. não poderia ter preterido a audição de todos. Como aprecia esta reivindicação? (5 valores)
- Não se trata de uma situação de consulta pública obrigatória (artigo 100.º, n.º 3, alínea c) + artigo 101.º, n.º 1, 1.ª parte).
 - Este regulamento afeta de modo direto e imediato direitos ou interesses legalmente protegidos dos cidadãos (artigo 100.º, n.º 1, 1.ª parte), logo, o projeto de regulamento é submetido à audiência dos interessados que como tal se tenham constituído no procedimento (artigo 100.º, n.º 1, 2.ª parte) – em prazo razoável, não inferior a 30 dias.
 - Discutir a aplicabilidade da alínea d) do n.º 3 do artigo 100.º do CPA. Referir a discricionariedade da decisão administrativa (proémio do n.º 3). Referência, também, ao n.º 4.

V. S. F. F.

Parte II

Comente, em não mais de 25 linhas, **uma** das seguintes afirmações: (5 valores)

1. *“Segundo o princípio do aproveitamento dos actos administrativos inválidos (...), a anulação de um acto viciado não será pronunciada quando seja seguro que o novo acto a emitir, isento desse vício, não poderá deixar de ter o mesmo conteúdo decisório que tinha o acto impugnado.”*

- Acórdão do TCA Norte, de 17/06/2016, Proc. 00416/10.4BECBR

- Enquadramento do princípio do aproveitamento dos atos administrativos inválidos no artigo 163.º, n.º 5, do CPA;
- *Ratio* e origem jurisprudencial da norma;
- Explicitação do conteúdo e âmbito de aplicação de cada uma das três alíneas do n.º 5;
- (...).

2. *“O princípio da participação dos particulares na gestão da administração pública compreende dois subprincípios distintos que são o da colaboração da administração pública com os particulares e o da participação dos particulares na formação das decisões que lhes digam respeito.”*

- Enquadramento constitucional do princípio da participação: artigo 267.º, n.º 5;
- Princípio da colaboração: enquadramento no artigo 11.º e conteúdo do princípio; reflexo na fase de instrução (artigo 115.º e ss.);
- Princípio da participação *stricto sensu*: enquadramento no artigo 12.º e conteúdo do princípio; reflexo na fase de audiência dos interessados (artigo 121.º e ss. do CPA);
- (...).

- Acórdão do STA, de 07/07/2011, Proc. 0812/10